





JÚLIO CHIAVENATO

CANGAÇO

A Milícia do Coronelismo

Noir

Cangaço

A Milícia do Coronelismo

José Júlio Chiavenato

Editora Noir Ltda - 2021

Todos os direitos reservados

Permitida a reprodução parcial mediante autorização expressa do autor ou da editora.

Editor: Gonçalves Junior

Projeto gráfico e capa: Dirceu Rodrigues

Revisão: Solange Quintela

Foto da capa: Subgrupo de Pancada na rendição à Polícia em 1938.

Foto oficial, autoria não identificada/Coleção Pernambucano de Mello.

Editora Noir Ltda

Praça da Sé nº 21 conjunto 410 - Bairro da Sé
São Paulo - SP - 01001-000 - Fone: (11) 2539-5590

Site: www.editoranoir.com.br

E-mail: contato@editoranoir.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/editoranoir>

Instagram: @ editora_noir

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chiavenato, Júlio José

Cangaço : a milícia do coronelismo / Júlio José Chiavenato. -- 2. ed. -- São Paulo : Noir Editora, 2021.

ISBN 978-65-89482-00-0

1. Cangaço - Brasil - Nordeste - História 2. História do Brasil 3. Sertão - Brasil I. Título.

20-53289

CDD-302.3409812

Índices para catálogo sistemático:

1. Cangaço : Nordeste : Brasil : Sociologia
302.3409812

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Impresso no verão de 2021

Sumário

11 Prefácio da segunda edição

Capítulo 1

13 Origens

Capítulo 2

25 Cangaceiros, coronéis e políticos

Capítulo 3

49 Lendas, mitos, mentiras

Capítulo 4

61 Fanatismo e cangaço: uma síntese nordestina

Capítulo 5

77 A tática do cangaço: terrorismo

Capítulo 6

93 Mulheres: o tesão da liberdade

Capítulo 7

107 O progresso descarta o cangaço

117 Epílogo

118 Bibliografia



Prefácio da Segunda Edição

Com as milícias dos nossos dias, o cangaço consolida-se nos grandes centros urbanos. As milícias cariocas, organizadas para controlar a população pobre, explorar as comunidades e “orientar” o voto de curral, são compostas por modernos cangaceiros, protegidos por políticos corruptos e abastecidos com armas contrabandeadas ou desviadas da polícia e do Exército.

Este livro demonstra que o cangaço nordestino, até 1930, foi financiado e protegido pelos tradicionais coronéis do sertão. Os cangaceiros expulsavam violentamente os camponeses das suas terras, ajudavam a ampliar as grandes propriedades e garantiam pela força a dominação política.

Nada estranho ao que os milicianos fazem hoje: mudam apenas as formas de agir. Os novos cangaceiros estão mais bem armados, usam armas poderosas e contam com a proteção de políticos corruptos.

Enquanto o cangaço nordestino foi fruto da usurpação da terra, as milícias atuais usurpam o espaço urbano, dominam as favelas e comunidades empobrecidas, cobram “proteção” e “alugam” imóveis que foram construídos com financiamentos oficiais e do tráfico.

O banditismo modernizou-se, mas suas raízes continuam as mesmas: miséria social, concentração de renda e alienação política. Na base do *modus operandi*, a violência.

Cangaço, A Milícia do Coronelismo é um livro clássico da desmistificação do “banditismo romântico”. É fundamental para entendermos as raízes profundas da exploração de classes brasileira.

Júlio Chiavenato, 16 de outubro de 2020



Capítulo 1 ORIGENS

Os bandidos da terra

A origem é a terra. Chão sem dono, rico em minérios, alimento e água. O colonizador fundou o latifúndio usando bandidos. Os bandeirantes invadiram os sertões derrubando a mata e fincando marcos. Para explorar enormes domínios, escravizaram índios e negros. Para policiá-los e perseguir os fugitivos, surgiram os capitães-de-mato.

Bandeirantes e capitães-de-mato, em grupo ou isoladamente, defendiam a posse da terra e vigiavam o trabalho escravo. É bem conhecida a sua violência, que culminou com o genocídio indígena. Oficialmente, os bandeirantes foram “alargadores de fronteiras”, heróis nacionais. Foi fácil criar o mito: eles faziam parte do banditismo oficial, eram de origem nobre, financiados pela Coroa. Os capitães-de-mato, no entanto, nunca tiveram a simpatia sequer dos conservadores: criminosos das classes baixas, mercenários sem terra ou perspectiva de enobrecimento, permaneceram facínoras.

Mitificados ou não, é uma constante no Brasil os “mantenedores da ordem” serem bandidos. Nem poderia ser diferente, em um país que se desenvolveu através do roubo e do extermínio de centenas de nações indígenas. Onde uma minoria privilegiada continua enriquecendo, enquanto milhares de crianças morrem de subnutrição.

Os primeiros bandidos, ao conquistarem o poder econômico e político, já não sujavam as mãos: financiavam o crime, pagando jagunços e bandoleiros

para reprimir as populações rurais. Ao mesmo tempo, limpavam suas árvores genealógicas, legalizando o roubo.

Bandeirantes se transformaram em heróis; matadores se tornaram barões; ladrões de terra viraram coronéis. Antes, matou-se pela posse da terra, origem da riqueza da elite social. Hoje, dois terços da população passam fome, são forçados à miséria e alienados do mercado de trabalho, no mais absoluto sistema de concentração de rendas do mundo.

Essa alienação permite a injustiça, pela absorção pelo povo da moral imposta. O medo e o misticismo mostram a cada um o seu lugar. Quando isso não basta, as tropas saem às ruas para refrear os descontentes. Os serviços de segurança eliminam políticos, calam intelectuais e impõem a paz dos cemitérios. Nos tempos de “redemocratização”, as patrulhas ideológicas – do terror e do oportunismo – lançam suas baterias de intimidação e de censura.

A nação recicla-se, ouvem-se vozes discordantes, mas o sistema prevalece sem qualquer fissura nos seus alicerces. E os alicerces apoiam-se, historicamente, no roubo das terras. Numa nação fundada pelo roubo de terras, a manutenção da ordem é necessariamente um trabalho de bandidos.

Os bandidos-heróis

Os genealogistas debruçaram-se sobre velhos documentos e limpavam convenientemente a imagem dos bandeirantes, dos barões e dos semianalfabetos coronéis do sertão. Os crimes desapareceram e os criminosos se transformaram em homens ilustres.

Sem os bandeirantes, eles nos ensinam, não existiria esse país tão grande. Sem os barões, estaria comprometida a nossa noção de brasilidade. E, talvez, sem os coronéis de barranco, não teríamos os vastos canaviais e os latifúndios de soja. As infâmias são atribuídas a... bandidos.

A historiografia que se oficializa é escrita por eruditos que fazem da omissão um alibi para sua ignorância ou falseamento do fato histórico. Uma ou outra vez, denunciam discretamente que o povo sofreu uma injustiça ou violência. Só louvam as virtudes dos eminentes personagens que nos legaram o Brasil “grande”.

Detestam qualquer revisão crítica. Embora apregoem o valor dos seus heróis, denunciam com um berreiro demagógico a defesa do nosso povo. O protótipo do herói continua intocável. Como exemplo, o sectarismo com que

construíram o mito de Caxias é tão grande, que conseguiram apagar suas qualidades reais. Uma análise crítica da atuação de Caxias ainda é, para muita gente, “traição à pátria”.

Em nome desse patriotismo caolho, transformou-se um matador de negros em “pacificador”. Seria antipatriótico demonstrar que ele foi o responsável pela matança dos negros, na repressão à Balaiada? Ou impatriotismo analisar a batalha de Porongos, na revolução Farroupilha, como uma artimanha de Caxias para liquidar os negros sobreviventes?

Seria sim, na visão desse oficialismo histórico. A paz imposta ao povo, para manter os privilégios das classes dominantes, foi e é um trabalho de bandidos. Não importa se eles foram galonados, nobilitados ou meros bandidos: a matança indiscriminada dos pobres foi e será sempre um ato de banditismo.

Assim como a história do Brasil é uma obra oficial, o banditismo reveste-se desse caráter oficialista para defender o sistema. Substancialmente, não há diferença entre cangaceiros atacando posseiros e um exército oficialmente armado, abençoado pela Igreja, avançando contra índios no Pará, durante a Cabanagem, ou contra os sertanejos, em Canudos. O fim é um só: garantir a terra para os poderosos, aniquilando o povo que se rebela contra a opressão.

Pode parecer estranha esta introdução, soando aos “eruditos” como diatribe, porque coloca no mesmo nível “grandes homens” e aqueles dos quais vamos tratar: os cangaceiros. Mas, do ponto de vista do povo, a quem sempre é negado expressar-se, porque é tido como imbecilizado, todos esses senhores são iguais. Para as vítimas, os algozes se parecem. As nuances de grau, quando existem, demonstram que o bandido oficial, aureolado, é o pior – porque é mais eficaz. A grande diferença, historiograficamente, é que os bandidos oficiais ganharam uma linhagem que os absolve, e, mais que isso, os premia como heróis. Os bandidos comuns, pelo contrário, são até mais estigmatizados, para realçar as falsas virtudes dos primeiros. Mas há também uma genealogia desses bandidos de “baixa origem social”.

Os bandidos-bandidos

Bandidos que se tornaram nobres, para garantir suas terras ou roubar as alheias, contratavam marginais que a miséria tinha empurrado ao crime. Um dos primeiros grupos a inaugurar essa genealogia popular do mal foi o dos bundões. No século XVII, eles eram um dos extremos da sociedade. No topo,

estavam os grandes proprietários; no meio, os pequenos lavradores, comerciantes e uma mínima parcela de liberais. Sustentando a todos, a maioria de pobres e escravos. E fora desse sistema, os bundões.

Formavam um bando, originário de uma família com esse apelido, que alugavam-se para “manter a ordem”, principalmente nos garimpos. Para o governo, eles não eram ilegais: jamais atacavam os poderosos, não ameaçavam a propriedade. Pelo contrário, impunham a lei dos ricos. Atuavam nas lavras, chamados pelos senhores para expulsar os garimpeiros que se aventurassem por conta própria pelas minas.

Foram um dos primeiros grupos de extermínio no país, sobrevivendo desde a Colônia até o Império. No sertão goiano e baiano, os bundões conflitavam com os marrões – estes aliados a outras famílias – e guerreavam entre si. Com o tempo, passaram a ser bandidos contratados por um patrão. Eram mais baratos, rápidos e confiáveis do que a polícia comum.

Entre os ancestrais mais próximos do cangaceiro estavam os cacheados. Agiram desde o século XVIII no Nordeste, impondo a lei no campo. Expulsavam posseiros, disciplinavam agregados e matavam inimigos políticos. Ganham o nome pelo costume de usarem, como sinal de valentia, os cabelos cacheados e escondidos pelo chapéu. Em suas ações, chegavam silenciosamente, vestidos como qualquer vaqueiro nordestino. Porém, ao tirarem o chapéu, aparecia a cabeleira cacheada. Era a sentença de morte.

Antes desses dois tipos, o sertão do São Francisco conheceu os vira-saias, menos submissos. Formavam um grupo de bandoleiros que invadiam vilas, fazendas, e cometiam assaltos e estupros – daí o nome de vira-saias. Eram usados pelos donos da terra quando não queriam matar seus agregados, apenas humilhá-los.

Os vira-saias eram especialistas: nada desgraçava mais o caboclo do que estuprarem sua mulher e filhas diante dele. Amarravam os homens, agarravam-nos pelos cabelos e, com a ponta da faca nas suas pálpebras, obrigavam-nos a manterem os olhos abertos: então, “viravam as saias” das mulheres e as estupravam.

Os latifundiários acabaram por perder o controle sobre eles, e o rei Fernando José, de Portugal, na virada do século (1788-1800), mandou persegui-los. Não foram vencidos e se dispersaram em outros bandos. Muitos deles transformaram-se em capitães-de-estrada. Principalmente na Bahia, ao escassearem os escravos, o latifundiário utilizou o capitão-de-estrada para capturar e escravizar o caboclo que vivia livre no sertão.

O capitão-de-estrada, também conhecido como capitão-de-assalto, tinha prestígio entre as classes dominantes. De certa forma, “regularizava” o comércio de escravos. Quando os comerciantes de negros abusavam no preço, o senhor apelava para o capitão-de-estrada. E ele, capturando e escravizando o sertanejo até então livre, fazia o mercado negro voltar ao normal.

O capitão-de-estrada ou de assalto nada tinha a ver com o capitão-de-mato. Como se sabe, o capitão-de-mato se ocupava, sozinho ou em bando, de capturar escravos fugidos, destruir quilombos etc. O capitão-de-mato, precursor do esquadrão da morte, foi também largamente usado para matar negros irrecuperáveis, isto é, homens que tinham tomado gosto pela liberdade e preferiam a morte ao cativo.

Em certas regiões, os capitães-de-mato assassinavam muito mais do que recuperavam a mão-de-obra escrava. Eram bandidos oficializados, trabalhando com regulamentação em algumas províncias, como em Minas Gerais, onde os Regulamentos dos Capitães-de-Mato lhes davam o direito de “caçar negros a tiro e a laço”, conforme o alvará de 17 de dezembro de 1722, de dom Lourenço de Almeida.

Se o capitão-de-mato assassinava os trabalhadores que fugiam do cativo, os que permaneciam nas senzalas não ficavam livres da repressão criminosa. Para controlar os escravos no eito, existia o capitão-de-campo, que mantinha a disciplina na senzala. Punia os rebeldes com mutilações e mesmo a morte – crimes não testemunhados, jamais punidos.

Todos esses homens tinham uma missão comum: o controle da mão-de-obra e a manutenção da posse da terra. Aos poucos, surgem outros grupos, quando facções políticas começam a defrontar-se no Império. São usados não só para policiar os pobres, mas para vingar afrontas e exterminar inimigos políticos.

Os primeiros a atuarem dessa forma são os curimbabas, principalmente em Minas Gerais. A origem do nome é indígena e significa “homem valente”. Como eles, agem os dungas, no Nordeste. Curimbabas e dungas eram assassinos que não deviam ser punidos: executavam o trabalho sujo necessário ao senhor, dentro do jogo político.

Parecia haver uma norma tácita do governo a respeito deles: deixava-os agir, porque, ao assassinar aqui e ali, eles estabilizavam o poder no interior. Só eram molestados quando se definia o quadro de mando e eles encontravam-se no lado dos vencidos. Mas, se eram bons de ofício, podiam ser aproveitados pelo vencedor.

Dos *clavinoteiros* do sul da Bahia, em 1892, matando a mando do fazen-

deiro Zeca Leão, retalhando as vítimas com facões curvos, os “rabos-de-galo”, deriva a figura mais moderna do jagunço. Era um bandido solitário, que raramente agia em grupo, valente e conhecedor do seu habitat a caatinga. Sóbrio, sem demonstrações exteriores de valentia, matava em silêncio e desaparecia. Um serviço limpo, de acordo com as necessidades “legais” dos novos tempos.

Usualmente, os fundadores de Canudos são chamados de jagunços: uma impropriedade disseminada por Euclides da Cunha, na sua visão preconceituosa da gente do Conselheiro. Jagunço é o criminoso de aluguel. O sertanejo de Canudos era um pacífico lavrador, vivendo em uma comunidade religiosa. O preconceito de Euclides da Cunha serviu, inclusive, para identificar com o crime um povo que só reivindicava o uso da terra – a posse da terra só era “legal” e “justa” para o latifundiário. Nada melhor para justificar o morticínio que o Exército praticou em Canudos, do que identificar o posseiro como o criminoso.

No começo dos 1900, apareceu no Nordeste o peito-largo. Era o bandido pago para cometer arruaças. O desafeto político, o pobre que incomodava, esses recebiam sua visita. Ele invadia as casas, as roças. Distribuía tapas, dava tiros para o ar, escorraçava. Mais tarde, foi usado para espancar eleitores e destruir listas de votos. Mais modernamente, empregava as técnicas do jagunço, assustando e matando líderes camponeses. A origem do nome, peito-largo, vem da sua impunidade: tinha “peito largo” pela proteção dos homens poderosos da região.

Até 1925, mais ou menos, no progressista estado de São Paulo, ainda atuava um tipo que surgira com os bandeirantes: o bugreiro. Na ocupação de terras do Sudoeste paulista, no “bico” fronteiro com o Mato Grosso, usava-se a dada contra os índios. Os bugreiros invadiam as terras indígenas, matando e esturpando, para a posterior posse dos grileiros. As principais vítimas das suas dadas – ou batidas – foram os caingangues ou coroados, aculturados como caboclos lavradores.

Dos bandeirantes, em 1500, até os bugreiros, em 1925 – e há registros da atuação destes ainda em 1927 –, havia uma constante: bandidos trabalhando para a posse da terra; bandidos de vários tipos, matando para garantir os sistemas de privilégios. Mas esse banditismo não terminou, evidentemente. Os “bugreiros” que hoje exterminam os índios e seringueiros na Amazônia, que nome terão?

E mais que isso:

O crime foi o modo inicial de “construir” o Brasil das classes dominantes. Bandeirantes, barões e coronéis transformaram-se em heróis exemplares. Com

a sedimentação do poder, seus herdeiros, para impor sua força, apelaram para o banditismo feito pelos deserdados sociais. O genocídio, os massacres, a escravidão, são crimes que enobrecem. Só os “bandidos comuns” sofrem o duro julgamento da historiografia.

Hoje, no limiar do século XXI, o banditismo político e de controle social está semioficializado e impune como sempre. Pior, é aceito e até aclamado às vezes como necessário, oferecendo uma boa opção de sobrevivência para os marginais. É o caso típico dos “seguranças” [Quando este livro foi escrito, ainda não havia as milícias no Rio de Janeiro].

O “segurança” mais famoso dos tempos modernos, Gregório Fortunato, homem corrupto e sanguinário, guarda-costas de Getúlio Vargas, fez escola. Servindo como pretexto para um golpe contra o presidente, foi exposto à opinião pública como o principal agente do “mar de lama” que levou Vargas ao suicídio, em 1954. Depois, foi condenado e assassinado ingloriamente na prisão.

Os tempos mudam, e o banditismo de controle social aprimora-se. Após várias crises políticas, apareceram os “órgãos de segurança”, com seus funcionários de paletó e gravata, portando armas fornecidas pelo Estado e com salários pagos pelo governo.

Na ditadura militar de 1964, invadiram lares, torturaram, mataram, roubaram. Impunemente. Quantos foram punidos? Na verdade, não poderiam ser punidos. Seria um contrassenso, pois representavam o governo, o sistema que governava o país. Eles eram, como os bundões e os peitos-largos, a manutenção da ordem.

Nos tempos atuais, de Gregório Fortunato, passando pelos órgãos de segurança, os esquadrões da morte, os justiceiros, até os “seguranças” dos políticos – que presidentes e governadores usam descaradamente –, o banditismo de controle social é uma tática oficial de repressão popular.

Por que toda essa introdução para um livro que vai falar sobre o cangaço? Basicamente, para sublinhar que o banditismo de controle social é uma prática do poder, outrora encoberta, hoje nem tanto.

Para demonstrar que certos mitos históricos servem para camuflar a atuação criminosa das nossas elites. E, principalmente, porque este trabalho tentará reforçar o conceito de que o cangaço é um fenômeno derivado dos interesses do poder. Também, e não menos importante, há o fato de que, da mesma forma que a historiografia conservadora consagra seus heróis, mitificando-os, existem aqueles que, idealística ou descuidadamente, contribuem para construir certos mitos populares.

Um deles, pouco contestado e nunca sepultado, é de que o cangaço foi um movimento popular do sertanejo contra o sistema. Ao contrário, conforme esboça-se na genealogia dos bandidos populares, os cangaceiros foram estimulados e mantidos por grupos de latifundiários, para assegurar o domínio no campo e controlar a população sertaneja.

Os bandidos-cangaceiros

Há uma clara genealogia que vai dos primeiros grupos de matadores de índios e conquistadores de terra até os cangaceiros. As causas regionais do seu aparecimento são bem nítidas. Podemos partir da grande seca de 1877, que flagelou o Nordeste, desorganizando-lhe a fraca economia. Os pastos secaram, o gado morreu, as roças minguaram, a água acabou. Sede e fome.

Até o final do século, as consequências da seca foram terríveis. Houve tumultos em várias regiões; vilas foram invadidas, saques eram frequentes. A primeira preocupação do governo foi garantir a propriedade. Policiais e bandos de civis armados cuidaram de conter os “assaltantes”, protegendo armazéns e fazendas. Eles repeliam os famintos, muitas vezes até matando-os, para depois distribuir como esmola alguns grãos de cereal.

A economia soçobrou, a política ressentiu-se. As disputas pelo poder acirram-se. Ao mesmo tempo, o fanatismo religioso reunia grupos que entoavam cantos e ladainhas, à espera de um milagreiro. Este não tardou a surgir, na figura do Padre Cícero.

Nesse sertão convulsionado, vários coronéis perderam o poder no sul do Ceará, de 1901 a 1909. Exterminavam-se entre si, a tiros, usando jagunços e cangaceiros. No Vale do Cariri, no Ceará, por exemplo, os coronéis usaram pela primeira vez de modo organizado, bandos de cangaceiros. Estes seriam, daí por diante, o exército particular de coronéis em luta pelo mando político e, principalmente, urna força de controle social, atuando contra o “povo miúdo”, de modo a impor a ordem dos latifundiários.

O Vale do Cariri se torna o refúgio de milhares de retirantes, em busca da proteção do Padre Cícero, que os aloja nas suas fazendas e nas dos amigos, explorando seu trabalho semiescravo, coisa comum nas províncias do Nordeste.

Desses retirantes, saem os cangaceiros para os bandos organizados pelos coronéis. Mas a situação social é complexa. O agrupamento de cangaceiros no Cariri, não se forma apenas pela vontade dos senhores. A revolta dos sertane-

jos também induz ao crime os mais intrépidos, os menos conformados com a situação injusta.

Na visão acrítica desses homens, é melhor conquistar uma vida mais digna roubando, do que submeter-se às esmolas dos poderosos. Tratava-se de uma revolta espontânea, logo absorvida pelas classes dominantes. Sem consciência social, os grupos rebeldes não tinham nenhum projeto político. Estavam em bandos armados, eram fortes.

Partiam para o crime desenfreado, assaltando, matando e, certamente, escolhendo as vítimas mais fracas: os pequenos lavradores que não tinham como se defender. O cangaceiro lutava pela mera sobrevivência. Era perigoso, não só para as suas vítimas como para a estrutura falida do Nordeste.

Seus atos degeneravam em simples banditismo. Precisava usar de toda a astúcia para sobreviver, porque era caçado como elemento desestabilizador da ordem. Sem produzir, vivendo do roubo numa sociedade paupérrima, onde os poderosos tinham grande capacidade de retaliação, necessitava aliar-se ao mais forte. Dependia do coiteiro: aquele que o escondia e o abastecia de alimento e armas. Em geral, os coiteiros eram prepostos dos coronéis.

A partir dessa aliança, o cangaço se transformou de revolta espontânea em banditismo de controle social. Em essência, essa aliança não só foi possível como fatal. O cangaço não representava uma verdadeira ameaça ao latifúndio: os cangaceiros não pretendiam a terra, não lutavam pela igualdade social. Eram rebeldes que buscavam no crime uma sobrevivência mais fácil, impossível pelo trabalho.

Não tinham reivindicações políticas nem sociais. Disputavam um espaço para cometer seus atropelos. Eram a opção racional, se é que se pode usar essa palavra para o latifúndio ameaçado pela miséria do povo. Seus objetivos eram imediatistas: uma certa margem de segurança para agir e a sobrevivência do bando.

Os cangaceiros não tinham plano algum, exceto se impor pela força. Se isso não tirou o caráter social de sua revolta, em pouco tempo os levou a traírem suas origens. Finalmente foram cooptados pelos coronéis do sertão, transformando-se em seu exército particular.

Em troca, ganhavam permissão para atuarem em certas áreas, agredir determinados lavradores e acoitar-se em algumas fazendas. Ali, eles recebiam armas e munições, que pagavam com o fruto de seus saques. Quando necessário, eram recrutados para eliminar os inimigos políticos de seus protetores ou impor a disciplina a agregados rebeldes. Ou, ainda, mais comumente, para